



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Reitoria/Reitoria/Auditoria Interna

NOTA TÉCNICA Nº 041/2025

TIPO DE AUDITORIA	Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna
EXERCÍCIO	2025
CAMPO DE ATUAÇÃO	Controles da Gestão / Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna
UNIDADE AUDITADA	IFPE - Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE)
GESTORES RESPONSÁVEIS	José Carlos de Sá Júnior - Reitor e Presidente do Conselho Superior (CONSUP); e Tatiana Mayrinck Mello de Carvalho (Diretora de Gestão de Pessoas)

1. INTRODUÇÃO

Conforme dispõe o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa (IN) da Secretaria Federal de Controle (SFC) nº 08, de 06 de dezembro de 2017, o monitoramento se caracteriza como etapa fundamental da auditoria, haja vista que um trabalho apenas pode ser considerado encerrado após o cumprimento das recomendações. Por meio do monitoramento, a Auditoria Interna verifica se as medidas implementadas pela Unidade Auditada estão de acordo com as recomendações emitidas e se tais medidas foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada.

A presente Nota Técnica tem como objetivo registrar os resultados do monitoramento das orientações/recomendações dispostas na Solicitação de Auditoria nº 001-02/2025 - AUDI/CONSUP/IFPE, quais sejam:

Recomendação 001: adotar as medidas administrativas cabíveis com vistas a regularizar o indício; e
Recomendação 002: notificar o(a) interessado(a) para comunicar a irregularidade do pagamento atual e o ajuste na rubrica do VBC.

2. INDÍCIO MONITORADO

Por meio de consulta ao sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU), em 02 de junho de 2025, foi identificada a situação da servidora aposentada CPF nº ***.547.154-** relacionada no indício de irregularidade referente ao **valor do Vencimento Básico Complementar (VBC) acima do permitido**, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Síntese do Extrato Individualizado de Indício

Tipo de indício	CPF	Descrição
Valor do VBC está acima do permitido	***.547.154-**	O valor do VBC está acima do previsto, deveria ser R\$ 14,47

Fonte: sistema e-Pessoal do TCU. Acesso em: 02/06/2025.

Diante do exposto, foi aberto o processo de nº 23294.016131/2025-09, e, através deste, encaminhada a Solicitação de Auditoria nº 001-02/2025 - AUDI/CONSUP/IFPE (doc. SEI 1830138), em 02 de junho de 2025, na qual deu ciência aos gestores do referido indício de irregularidade, como também, emitiu as supracitadas orientações/recomendações.

Destarte, visando atender à respectiva demanda, a Unidade Auditada (Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria) deu continuidade à instrução processual, inserindo nos autos documentos e informações, entre os quais, destacamos:

- Memória de Cálculo emitida pelo Departamento de Gestão de Operações de Pessoal (doc. SEI 1924374);
- Nota Técnica nº 08/2025/DGOP/DGPE/IFPE (doc. SEI 1924375);
- Notificação 11/2025 referente à reposição ao erário (doc. SEI 1924398);
- Ficha Financeira da supracitada aposentada referente ao período de janeiro de 2020 a julho de 2025 (doc. SEI 1924356); e
- Contracheque de Julho/2025 (doc. SEI 1914606).

A fundamentação legal utilizada para verificar a conformidade do indício apontado pelo TCU baseou-se nas disposições da Lei nº 11.091/2005, art. 15; da Lei nº 11.784/2008, art. 13 (oriunda da MP nº 431/2008); e da Lei nº 12.772/2012, art. 43, conforme disposto na Nota Técnica emitida pelo Departamento de Gestão de Operações de Pessoal (DGOP).

Diante das informações e documentos acostados aos autos, verificou-se que a gestão do IFPE adotou providências relativas à apuração do indício concernente ao pagamento do Vencimento Básico Complementar (VBC) em valor superior ao permitido à servidora aposentada inscrita no CPF nº ***.547.154-**, mediante instauração de procedimento administrativo específico.

No âmbito dessa apuração, conduzida em consonância com orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, a gestão do IFPE concluiu pela existência de irregularidade na rubrica do Vencimento Básico Complementar percebida pela referida aposentada. Constatou-se, em particular, que o valor mensal de R\$ 240,60 vinha sendo pago indevidamente, quando, na realidade, o valor correto deveria corresponder a R\$ 0,00, caracterizando, portanto, excesso remuneratório.

Em decorrência dessa constatação, a Administração notificou a interessada acerca da irregularidade identificada e do consequente ajuste da rubrica do VBC. Na sequência, promoveu a devida correção, com a exclusão do lançamento na rubrica “VB.COMP.ART.15 L11091/05 AP”, conforme verificado no contracheque da servidora referente ao mês de julho/2025 (doc. SEI 1914606).

Outrossim, é oportuno registrar que, a partir da mesma apuração, a gestão do IFPE deliberou pela adoção de providências visando ao ressarcimento ao erário dos valores

pagos indevidamente em períodos anteriores. Nesse sentido, elaborou memória de cálculo específica, apurando o montante de R\$ 15.639,00 (quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais). Esse documento foi encaminhado à aposentada, juntamente com a Nota Técnica nº 08/2025/DGOP/DGPE/IFPE (doc. SEI 1924375) e a Notificação nº 11/2025 (doc. SEI 1924398), em 31 de julho de 2025. Contudo, até a finalização desta Nota Técnica, não se localizou nos autos elementos comprobatórios que evidenciem a devolução dos valores ao erário.

Assim, para promover o registro do monitoramento da supracitada recomendação, adotou-se como referência o Procedimento de Ação de Controle - Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna do IFPE (doc. SEI 0584208), além da própria formatação do sistema e-Aud, de modo particular, as definições de “Providência” e “Tipo de posicionamento”.

Com base nos instrumentos norteadores, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 1 - Síntese das recomendações monitoradas

Providência	Tipo de posicionamento	Quantidade
Recomendações Implementadas	Conclusão do monitoramento	2
Total		2

Fonte: elaboração própria (2025).

Por fim, após a efetivação da correção, a Unidade de Auditoria Interna realizará a quantificação do impacto financeiro referente aos 60 meses subsequentes, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Manual de Contabilização de Benefícios da Controladoria-Geral da União (CGU). Considerando a diferença entre o valor anteriormente pago e o valor ajustado, nesse caso, excluído totalmente (R\$ 240,60) e projetando-a para o período de 60 meses, verifica-se um impacto financeiro potencial de R\$ 14.436,00 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e seis reais), o que evidencia a necessidade de adoção de medidas corretivas para resguardar o erário.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, verificou-se que a Administração evidiu esforços no sentido de atender às recomendações constantes na Solicitação de Auditoria nº 001-02/2025, os quais culminaram na identificação da irregularidade relacionada ao valor do Vencimento Básico Complementar acima do permitido, na devida notificação à servidora aposentada CPF nº ***.547.154-**, e na imediata correção do valor anteriormente pago de forma indevida. Assim sendo, considerando-se a efetiva implementação das medidas apontadas, conclui-se pelo **encerramento do monitoramento** das duas recomendações.

Nota Técnica elaborada pelo auditor Alexandre José Cunha da Silva SIAPE nº 1804255 e revisada pelo auditor David Lima Vilela, SIAPE nº 1867177.

Encaminhe-se ao Reitor do IFPE, na condição de Presidente do Conselho Superior.

Recife-PE, 29 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **David Lima Vilela, Auditor**, em 29/09/2025, às 13:32, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2030780** e o código CRC **6BC228F0**.
